

O Álibi Cultural: Novas Estratégias para a Valorização e Reprodução do Espaço na Metrópole Contemporânea

Julio Cesar Ferreira Santos¹

Considerações Iniciais sobre a Urbanização e o Espaço

A intensidade das transformações verificadas na metrópole vem produzindo novas formas espaciais reprodutoras e reveladoras da desigualdade, formas estas associadas à urbanização contemporânea. Até então reconhecidamente espaço produzido pela indústria, a metrópole tende a conformar-se como espaço de dispersão *relativa* da atividade produtiva. No bojo desse movimento, novos processos e estratégias são engendrados, voltados à reestruturação urbana, produzindo a cidade de acordo com novas “necessidades” da reprodução.

Sob a égide da indústria, a urbanização capitalista promoveu mudanças profundas na vida dos homens e na relação com a sociedade. A industrialização como processo produziu fenômenos correlatos, como as migrações campo-cidade (a relação centro-periferia viria depois), a especulação fundiária, as reestruturações de transporte e comércio, com o Estado capitaneando tais transformações. A urbanização originada da industrialização, por seu turno, vem produzindo uma nova ordem espaço-temporal, com seu próprio espaço e uma sociedade “urbana”, cujas necessidades foram condicionadas pelo processo de apropriação com base na propriedade privada.

A forma como a apropriação privada se realiza redefiniu caminhos e se generalizou no plano da vida cotidiana, fragmentando o espaço, incluindo o próprio espaço da moradia. A industrialização alterou a relação da sociedade com o trabalho, instaurando uma divisão do trabalho responsável pelo desenvolvimento primordial da mercadoria. Trata-se, então, de compreender o movimento mais amplo que articula o processo de produção do espaço com as novas formas gestadas para garantir a reprodução da riqueza (novas formas da propriedade privada), bem como os novos valores que sustentam discursos ideológicos voltados a garantir o consumo.

Destarte, o espaço apropriado pelo capital e produzido como mercadoria é fragmentado e vendido aos pedaços. Sua valorização como objeto de consumo sobrepõe-se a seu valor de uso, ao passo que o valor de troca do espaço prepondera (o uso persistindo como resistência). Neste contexto, a prática socioespacial cindida pela industrialização obstaculiza a apropriação da cidade como possibilidade de realização da vida e as referências se esboroam diante da fugacidade do tempo e da venalidade do espaço, gerando profundo estranhamento. No processo de produção do espaço como mercadoria (ou, de outra forma, a *territorialização da mercadoria*), o valor de troca se impõe sobre a vida cotidiana, normatizando-a, privatizando-a, regulando-a. Sobre esse aspecto, CARLOS (1999a)² assevera que a venda do espaço “inaugura um movimento que vai do *espaço do consumo* (particularmente produtivo – aquele da fábrica que produz o espaço enquanto condição da produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias) ao *consumo do espaço*, isto é, cada vez mais se compra e se vende ‘pedaços de espaço’ para a reprodução da vida”. Isto posto, instala-se a submissão do uso à troca: dá-se a fragmentação do espaço com a realização das novas formas da propriedade privada, tendo como pressuposto a desigualdade. O espaço reproduz-se como mercadoria, limitando os espaços possíveis de apropriação e afirmando a generalização da propriedade privada do solo urbano.

Assim, como ponto de partida para nossa reflexão, afirmamos que o espaço (produzido pelo **trabalho** do homem) é fundamental à reprodução do **capital**, como condição para tal. Produzindo o seu espaço, o homem produz sua vida, isto é, produz a si mesmo no espaço (CARLOS, 2000)³. Contudo, no capitalismo, o espaço como extensão da mercadoria produz o esgarçamento das relações sociais e a cisão do homem. Veremos que, ao considerar a validade dessa problemática

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), com bolsa de Mestrado concedida pela FAPESP. Professor Assistente da Universidade de Santo Amaro (Unisa).

² CARLOS, A. F. A. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999a, pp.173-186.

³ CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. Tese (Livre-Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

dialeticamente, a análise volta-se à **produção do espaço** por ser fundamental para a reprodução do capital e, ao mesmo tempo, para a realização da vida do homem.

Para SMITH (1988: 151)⁴, “a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”. Corroborando um caráter determinante, CARLOS (2000) afirma que o espaço, analisado na perspectiva do materialismo dialético, transcende a noção de **produto** da existência humana, sendo também **condição e meio** do processo de reprodução da sociedade. Colocada desta forma, a abordagem dialética da espacialização dos fenômenos revela que a sociedade, ao se (re)produzir, produz o seu próprio espaço, cuja produção se realiza em espaços-tempos distintos, aos quais a apropriação é uma possibilidade. Esse é o caminho prático-teórico que supera a noção de “organização espacial” para a “produção do espaço”, revelando novos conteúdos (CARLOS, 2007)⁵.

A Problemática da Reprodução e a Revitalização Urbana

Nesta pesquisa, devemos circunscrever um dado problema a ser apresentado dentro de um quadro de referência teórico mais amplo. Para isso, primeiramente, partimos do *pressuposto* de que o espaço é fundamental como possibilidade de reprodução do capital, das relações sociais de produção e de realização das estratégias do Estado resultando em uma prática socioespacial produzida por processos contraditórios. Da mesma forma, o espaço é força produtiva capaz de realizar a acumulação de capital por meio de sua produção.

Logo, a metrópole capitalista só pode se expandir através da reprodução econômica e espacial. Contudo, há óbices a essa reprodução. Nas Áreas Centrais, por exemplo, a propriedade privada torna-se um impeditivo revelando, então, uma contradição, posto que a propriedade é, igualmente, condição e obstáculo à reprodução. Dessa forma, o fenômeno da “raridade do espaço”⁶ aparece como produto do processo de produção do espaço ao mesmo tempo em que o espaço se torna obstáculo à sua própria reprodução (CARLOS, 2000), levando o capital a criar alternativas dentro da reprodução através da produção de novos espaços.

Diante das novas necessidades, novas formas são criadas para garantir a reprodução sob o signo da segregação socioespacial. Essas novas formas dizem respeito à flexibilização da imobilidade da propriedade (MIELE, 2007)⁷, assim como à refuncionalização de antigas áreas da metrópole através de projetos de revitalização urbana (para o consumo turístico, residencial, cultural, etc)⁸. Ambas as iniciativas representam momentos distintos da valorização do espaço, condensando no âmago do processo o desenvolvimento do espaço como mercadoria, fragmentando a metrópole e elevando alguns pedaços a produtos vendidos em um mercado internacional (SÁNCHEZ, 2003a)⁹. Para que esse movimento ganhe concretude, uma nova relação entre o espaço e o Estado favorece a valorização e a implantação de infra-estrutura necessária à reprodução do capital. Assim, alcançam-se as estratégias do Estado para redinamizar a Área Central, através dos projetos de revitalização urbana, cuja missão é reverter a dinâmica da deterioração urbana e promover a expansão econômica a partir da revalorização do espaço. Acreditamos que a hipótese de nossa pesquisa revela o movimento esboçado anteriormente: para interromper a *dinâmica* da deterioração urbana e promover o crescimento econômico, o Estado atuaria mesmo na Área Central no sentido de eliminar a raridade e corrigir uma determinada *defasagem* através da tentativa de produção de novos espaços para a reprodução (apoiado em um discurso ideológico que se apropria

⁴ SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

⁵ CARLOS, A. F. A. A "Geografia Crítica" e a Crítica da Geografia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (03).

⁶ A produção de uma mercadoria interessa apenas pelo trabalho que se tem em produzi-la, ou seja, toda raridade é programada.

⁷ MIELE, S. A. F. **O Movimento da Economia Financeira na Dinâmica Imobiliária de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

⁸ Esse movimento é objeto de teses e pesquisas de diversos estudiosos da urbanização do Laboratório de Geografia Urbana da USP.

⁹ SÁNCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó: Argos, 2003a.

de uma concepção particular de “cultura”), o que conduz, no limite, à segregação socioespacial (neste percurso encontra-se o mercado imobiliário e seus novos objetos de consumo).

A revitalização urbana realiza-se no plano do pensamento abstrato como ideologia; como prática social, realiza-se através da estratégia em movimento. Na Área Central, essa estratégia é levada a cabo por projetos de revitalização que possuem como fundamento a “cultura” como elemento responsável pela revalorização. A apropriação da cultura como lógica e produto passível de consumo se realiza como o argumento oficial para a instalação de equipamentos urbanos relacionados ao setor terciário moderno da economia, bem como a recuperação da forma-aparência (“patrimônio histórico”) para o turismo. Assim, revela-se o sentido do espaço hoje diante da especialização dos lugares da metrópole, reelaborados ideologicamente e materialmente para a reprodução do capital. Esse processo responde pela produção de novas morfologias espaciais que impõem novas práticas socioespaciais.

Diante da generalização do valor de troca no espaço, da existência da propriedade privada do solo urbano, da centralidade e do grau elevado de ocupação, a Área Central, com o passar do tempo, sofre o processo de deterioração, com a degradação das formas e a estagnação econômica. Cabe ressaltar que, nesta análise, consideramos este movimento de desvalorização *relativa* do espaço como produto da lógica do capital de deslocamento igualmente *relativo* das funções centrais da cidade. Aqui, apontamos o movimento de deterioração-revitalização como uma contradição e não como desequilíbrio. Dessa forma, descaracteriza-se o planejamento como a solução tida como “natural” para a problemática urbana e projeta-se um desafio teórico-prático para a compreensão da reprodução da metrópole atualmente.

O objetivo principal desta investigação é discutir os termos nos quais o processo de (re)produção do espaço urbano ocorre atualmente. Empiricamente, realiza esse objetivo através de um estudo comparativo das duas maiores metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro) a partir dos fragmentos representados pelas respectivas Áreas Centrais. Neste contexto, procuramos entender como a segregação se realiza na metrópole através da gentrificação e do redesenvolvimento, a partir do estudo de dois projetos de revitalização urbana: a Operação Urbana Centro (em São Paulo) e o Projeto Corredor Cultural (no Rio de Janeiro). Pensamos ser auspicioso um estudo comparativo dessas duas metrópoles a partir de suas Áreas Centrais, posto que constata-se semelhanças nas pautas para a gestão pública dos Centros das duas metrópoles, ambas experimentos da deterioração e da revitalização. Daí resulta a pertinência da comparação dos dois projetos de revitalização urbana citados, pois possuem a “cultura” como argumento, em busca de convergências, diferenças e contradições.

Diante da problemática da investigação e dos objetivos expostos, cabe esboçar algumas linhas acerca do método que ilumina nossas reflexões. O problema em questão, sob o ponto de vista metodológico, possui no materialismo dialético a sustentação teórica que nos permite entender a História do homem como conflito de classes, embate de forças com uma *razão* própria. Neste sentido, seguimos através de uma perspectiva que busca, essencialmente, a *negatividade* dentro do entendimento positivo daquilo que é apreendido, em um primeiro momento, como a realidade objetiva. Assim, posto que a dialética seja o movimento do real, cabe à ciência (dialética) desmascarar por trás de uma aparência o seu contrário, revelando a lógica que mascara a “unidade do mundo”. Contudo, corolário da divisão do trabalho, o constante “parcelamento” das ciências leva à especialização do conhecimento e à conseqüente alienação.

Perante a constatação da contradição entre a totalidade e a ciência parcelar, o desafio é estabelecer uma reflexão que procure construir um entendimento da metrópole refletindo, como diz Amélia Damiani, a partir da periferia da ciência geográfica e não de seu núcleo duro, estabelecendo interlocução com variados campos e discussões das ciências humanas e da filosofia, extrapolando os limites da Geografia ao refletir sobre a realidade. Está claro que não buscamos aqui “geografizar” conteúdos de outras ciências, mas superar a ciência parcelar colocando no centro o problema, a partir da periferia do conhecimento. A revelação das contradições viabiliza-se a partir da articulação entre teoria e prática, fruto de um pensamento dialético, pressupondo uma comparação do conceito com a realidade, do possível com o real, do vivido com o concebido, a fim de desmascarar a “unidade do mundo”, revelando a lógica. Esse exercício possibilita escapar à delimitação do recorte e projetar um caminho em direção à totalidade social, no conjunto de seu

movimento (LEFEBVRE, 1973)¹⁰. Em acréscimo à antiga lógica formal, a lógica dialética recupera a transição dos desenvolvimentos, da “ligação interna e necessária” das partes do todo (LEFEBVRE, 1987)¹¹. Assim, o espaço, objeto da Geografia, consideraria a totalidade nas explicações dos processos e fenômenos localizados, desempenhando uma função decisiva na estruturação dessa totalidade.

Para a realização desta empreitada, intentamos analisar criticamente a Economia, o que nos conduz à necessidade da realização de uma crítica da Economia Política. A Economia Política, ciência forjada no século XVIII, compreendia o estudo das leis que regulamentavam o capitalismo em sua fase concorrencial. Em uma interpretação marxista, trata-se de uma ideologia que mascarava, através de sisudas explicações pretensamente “científicas”, a realidade da produção e circulação das mercadorias. Hoje, vivemos a potencialização dessa produção em outra escala, incorporando no movimento de produção mercantil até mesmo o espaço, dialeticamente força produtiva e produto¹². O modo de produção capitalista se revela através da produção de mais-valor; neste movimento, o espaço também é produzido como mercadoria.

Marx enfrentou o debate com a Economia Política recusando seus pressupostos metodológicos, amparando-se numa forte referência filosófica e histórica e questionando as fronteiras rígidas dos campos de reflexão teórica, pois:

“vê-se como a própria resolução das oposições *teóricas* só é possível de um modo *prático*, só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma *efetiva* tarefa vital que a *filosofia* não pôde resolver, precisamente porque a tomou *apenas* como tarefa teórica” (MARX, 2004: 111)¹³ – grifos do autor.

Nesta análise, considerando o atual momento da reprodução, pensamos que a revelação das contradições ilumina a compreensão da problemática urbana. Com o aprofundamento das contradições pela urbanização (e criação de outras), uma nova compreensão do espaço se impõe através da crítica da economia política a fim de alcançar uma articulação teoria-prática, cindidas no movimento de desenvolvimento das forças produtivas. Cabe mencionar que, em nosso exercício de busca de algumas contradições que fundam o mundo moderno, procuramos entender como o movimento da realidade produz essas contradições e de que forma poderiam ser superadas. A intenção foi manter o foco sobre a situação capaz de superar essas contradições, pensando a partir da ação prática, em torno do devir. Da mesma forma, pensar o que é capaz de dialetizar a lógica e romper a tríade, de modo a gerar novas contradições no movimento da realidade.

Desnudando o esgarçamento dessas contradições, a compreensão da urbanização atual é proposta através da análise da reprodução do espaço urbano como movimento contraditório entre a lógica reprodutiva do capital, a racionalidade do Estado e a vida cotidiana (o econômico, o político e o social). Neste sentido, a metrópole é vista como mediação entre espaços-tempos distintos: do global (as relações do capitalismo global em processo, relativas ao *cotidiano*) ao local (as relações sociais no âmbito da *vida cotidiana*), articulação que se realiza através da reprodução da metrópole, da produção do *espaço social*.

Atualmente, a metrópole é escala crucial para o desvendamento do processo de reprodução. Como mediação entre o local e o global, a metrópole expõe com intensidade jamais vista na História processos que estilhaçam o espaço e a vida cotidiana e afirmam uma homogeneidade, exigindo uma análise que articule os níveis da prática (econômico, político e social). Entre eles, mediações costuram as relações sociais, produzindo e reproduzindo novas e antigas contradições.

Dessa forma, metodologicamente, a análise sobre a metrópole a partir de fragmentos (as Áreas Centrais de São Paulo e do Rio de Janeiro) aponta para o estabelecimento de particularidades a partir das quais enxergamos relações interescares entre processos globais e processos imediatos. Assim, acreditamos que o estudo dos fragmentos permite alcançar as contradições, já que esses

¹⁰ LEFEBVRE, H. **El Marxismo**. Buenos Aires: Ediciones CEPE, 1973.

¹¹ LEFEBVRE, H. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

¹² Neste sentido, a produção do espaço é produção social e coletiva, mas sua apropriação é privada. Isto ilumina o movimento das contradições que esboçaremos brevemente.

¹³ MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

lugares têm a potência de revelar os conteúdos da metrópole em uma relação que nos coloca diante do movimento da totalidade.

Alienação, Propriedade Privada e o Movimento das Contradições

Para estudar a metrópole contemporânea a partir de um fragmento aponta-se no horizonte o processo de urbanização que a engendrou. Ora, mas o foco sobre a urbanização recente e a metrópole conduziria, a nosso juízo, ao dinâmico processo de valorização do espaço! Encaramos a espacialidade do processo de valorização através da realização de suas contradições internas (aquelas do espaço), concomitantemente à progressiva e contínua “humanização” da natureza natural, apropriada como segunda natureza (uma produção social) teórica e praticamente. Seguindo este raciocínio, compreender de que forma a alienação se realiza tornou-se parte fulcral desta investigação.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels nos dizem que a alienação nasce de uma cisão entre a condição inorgânica do homem (que vem da natureza) e o processo mais amplo de reprodução. Neste momento, a alienação é forjada, surgindo da separação entre o homem e a natureza. A alienação nasce de uma profunda cisão na História, a partir do momento em que as condições objetivas da vida do homem são separadas dos meios de produção. Neste sentido, o conteúdo da História seria a própria realização da vida do homem. Nas palavras de MARX e ENGELS (1984: 27)¹⁴,

“o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a História, é que os homens devem estar em condições de **viver** para fazer história. (...) O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades [comer, beber, ter habitação, vestir-se], a produção da própria vida material” – grifo nosso.

Assim, na prática, o movimento histórico que forja a alienação também é o caminho percorrido pelos homens na construção de uma Civilização. Civilizar-se, deixar de pertencer ao reino natural, de outra forma também significaria o ato de produzir cidades. Em “A Cidade e as Serras”, Eça de Queirós esboça um idealismo saudosista acerca da cidade e do campo. Para o autor português, cabe desmistificar a cidade moderna e capitalista, sendo esta o expoente do espaço e da construção antinaturais, privando o homem do contato benéfico com a natureza, característica do campo. Longe de considerar a cidade como “uma nódoa parda que suja a Terra” (QUEIRÓS, 2003: 70)¹⁵, o lugar antivital da degradação, decadência e da desumanidade e o campo como a eterna possibilidade de resgate dos valores do homem, propício à renovação e à conquista da felicidade, seguimos relativizando a “perversão” na lógica apontada por Eça, mas preservando sua concepção fundamental intrínseca: a de que a cidade cresce à custa da exploração do homem pelo homem e da redução do indivíduo à mercadoria, bem como o desejo pelo dinheiro.

Neste contexto, a fim de satisfazer suas necessidades, estabelece-se outra relação entre os homens e suas obras, pois agora os homens passam a se objetivar em atividades produtoras de obras, alienando-se pelo *trabalho*, uma categoria especificamente própria da História. Nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Marx aponta o trabalho como a “essência ontológica do homem”. Neste sentido, o homem é considerado um ser materialmente sensível, sofredor e carente, um ser de paixões e de necessidades. Dessa forma, o “trabalho” em geral será seu meio de objetivação e exteriorização fundamentais para suprir tais necessidades. O homem, com seu fazer *consciente*, transformará produtivamente a natureza externa, seu “corpo inorgânico”, e nesse processo também o seu próprio ser (sua natureza interna). O homem se forma pela produção, pelo trabalho, como apropriação do objeto pelo ato de transformação¹⁶. Em outras palavras,

¹⁴ MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1984.

¹⁵ QUEIRÓS, E. **A Cidade e as Serras**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

¹⁶ A propriedade privada tem um início, uma força criadora que a produz (que se manifesta no sujeito): o trabalho. A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho (MARX, 2004).

“o homem *carente*, cheio de preocupações, não tem nenhum *sentido* para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer *humanos* os sentidos do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural” (MARX, 2004: 110-111) – grifos do autor.

A produção possui duas dimensões, sendo uma abstrata e outra, material. A efetiva divisão do trabalho, determinada socialmente, surge da divisão entre essas dimensões, quando o capitalismo tira o controle da produção das mãos dos trabalhadores. Com isso, instaura-se o conflito, a luta de classes, e um estratégico descolamento entre a representação da realidade e a prática social. O descolamento da prática sugere a alienação, posto que as relações existentes (autonomizadas) entram em contradição com a realidade, com as forças de produção existentes - (sendo o espaço hoje uma força de produção, isso nos diz muito). Daí que a alienação vem da divisão do trabalho, pois a dimensão filosófica e a dimensão material referem-se agora a indivíduos distintos, organizados de acordo com interesses específicos. A sociedade de classes surge do movimento histórico que produz a contradição entre aqueles que detêm os meios de produção e uma subjetividade (o controle do processo), e aqueles excluídos da posse da propriedade privada (produto do processo), incluídos enquanto força de trabalho. Trata-se da contradição Capital-Trabalho, mistificada pela ideologia burguesa de que todos são iguais (perante a lei, em um primeiro momento, e socialmente em seguida).

Nossa reflexão passa necessariamente pela compreensão da alienação como *processo* e *produto* (determinado também pela própria morfologia espacial), separando o homem de sua produção e causando o estranhamento e a coisificação. O trabalho *dentro do capitalismo* conduz à alienação, posto que a própria atividade do homem já não o pertence mais, convertendo-se no *outro* do homem. Com Marx, concordamos que a

“*propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A *propriedade privada* resulta portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem *estranhado*” (MARX, 2004: 87) – grifos do autor.

Colocados os termos da alienação, o homem passa do “mundo das imediações” para o “mundo das mediações” costurando suas condições de vida. Em seu processo de sofisticação, a propriedade privada, como mediação, consolida a cisão. A cisão total se realiza com a separação do trabalho assalariado do capital, com a apropriação privada do trabalho, configurando uma contradição que possui como elemento de superação a produção do espaço (SOJA, 1993)¹⁷.

Dessa forma, como se atualizaria a alienação no mundo moderno? Um caminho metodológico possível revela-se lançando mão do método progressivo-regressivo (método de investigação elaborado por Lefebvre). Partindo do presente, intenta-se ler o processo da/na História, em busca do fundamento. Nesta perspectiva, para Marx, a prática socioespacial (a realização da História) possuiria como conteúdo a produção da própria vida do homem. No caso do homem moderno, este pode, em função do desenvolvimento da técnica, da indústria e da troca, viver a sociedade como uma abstração, alienando-se do social.

A industrialização produziu a necessidade de se redefinir e criar espaços, tendo a urbanização como tendência e objeto. Entre o homem e a natureza que se “humanizava”, instalaram-se mediações – dentre elas o Estado –, cuja presença e constância guiaram a produção no seu âmbito. Sendo o dinheiro uma abstração que também passa a presidir as relações sociais, configura-se uma contradição, pois, segundo SEABRA,

“esse homem praticamente aparece na crise da modernidade como sendo monetarizado sem dinheiro. Mas continua tendo que realizar-se como homem,

¹⁷ SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

como indivíduo social e particular, e isso só é possível numa luta aberta que faça valer atributos individuais. E quando tais atributos não se realizam como sociais, a humanidade é rebaixada ao irrisório. Sob certas circunstâncias, o homem vira coisa, é coisa qualquer. Vira um número no exército de desempregados. Vira um transeunte, um telespectador passivo... assim por adiante” (2000: 77)¹⁸.

Sendo a base do capital (MARX, 2004), a propriedade privada apresenta-se como elemento que produz a cisão (e mediação) entre o trabalho e o capital e transforma o homem objetivado em mercadoria, “monetizado, mas sem dinheiro”, mais pobre quanto mais riqueza gera. Eis a miséria do processo, que reduz a humanidade do homem ao ínfimo e projeta a infelicidade como objetivo último da reprodução (MARX, 2004). Hoje, com a realidade da cotidianidade produzida, o esboroamento dos referenciais e a redução da vida do homem também alcançam os possuidores da propriedade. Como em uma película surrealista de Buñuel, fantasias delirantes e práticas mágico-místico-“religiosas” aderem aos discursos alternativos dentro da sociedade, de modo a escapar ao profundo estranhamento produzido/produtor pela/da propriedade privada. No filme “O Anjo Exterminador”¹⁹, mesmo diante do solapamento das referências e do esvaziamento da vida, a proposta de “extermínio” dos indivíduos fragmentados mergulhou os sujeitos mais e mais no emaranhado de relações alienadas reproduzidas como “vida”, baseadas no mundo do consumo. Metáfora da realidade, a ficção exposta em filme ganha ares de hipóstase!

Diante de uma sociedade fragmentada e de um indivíduo empobrecido, a hipótese aventada a partir de SOJA (1993) é a de que a contradição entre o capital e o trabalho levada às últimas conseqüências possui como terceiro termo, o de sua superação, a *produção do espaço*. Considerando que a superação desta contradição basilar conduziria a um momento de superação do próprio capitalismo, cabe realizar aqui algumas averiguações. Interessante também perceber que o movimento que supera essa contradição – esboçado na tríade capital-trabalho-produção do espaço – introduziria *outra* contradição, elementar para a sustentação teórico-metodológica desta investigação, a ser exposta brevemente.

A tese que se esboça é a apresentada por Lefebvre em “Le Retour de la Dialectique” (1986)²⁰ e “A Produção do Espaço” (2006)²¹. Admite-se que a problemática analisada por Marx, no contexto da industrialização, é deslocada hoje e explicada em novos termos, por novas contradições, através da obra de Lefebvre. Se Marx tinha a industrialização como fundamento das contradições surgidas no movimento da reprodução do capital, Lefebvre supera (sem abolir) essas questões apontando a urbanização e uma *tendência* à realização do urbano²², com a “insurreição do uso”, a superação do atual modo de produção e a produção de um novo espaço (em um sentido mais amplo). Assim como o movimento do capitalismo vem superando a racionalidade da produção (quantitativa) em direção a esse “urbano” (qualitativo), Lefebvre supera Marx e o “atualiza”. Observação 1: Lefebvre demonstrou como o capitalismo subsistiu através da reprodução das relações sociais de produção e da produção do espaço. Observação 2: Encerra-se no âmbito da produção, além do **espaço**, também a produção do **cotidiano** e o próprio **urbano** (como tendência). Aceita a perspectiva *real* de efetivação do urbano, surgiu aqui uma possibilidade de leitura diferenciada deste fenômeno, apontando um caminho crítico e radical de análise da realidade. Apenas uma possibilidade diante de um fenômeno incerto e tendencial, que pode ou não se

¹⁸ SEABRA, O. C. L. Urbanização e Fragmentação: A Natureza Natural do Mundo. In: **Geografares**, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000. pp. 73-79.

¹⁹ “El Ángel Exterminador” (1962, México). Roteiro e Direção: Luis Buñuel.

²⁰ LEFEBVRE, H. **Le Retour de la Dialectique: 12 Mots Clef pour le Monde Moderne**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. pp.159-173. Tradução livre de Margarida Maria de Andrade.

²¹ LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Tradução do Grupo “As (Im)possibilidades do Urbano na Metrópole Contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original “La Production de l’Espace”. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira Versão: 2006.

²² “O conceito parte de uma teoria sobre o espaço (social) enquanto produto-produtor, isto é, engendrado pelo modo de produção, mas intervindo em todos os níveis: forças produtivas – organização do trabalho – relações de propriedade – instituições e ideologias” (LEFEBVRE, 1986: 159).

realizar²³. Com efeito, está posto aqui o desafio de entender como o urbano se (re)produz no século XXI.

Colocada a advertência, enunciemos a questão: como a produção do espaço superaria a contradição Capital-Trabalho e conduziria à realização completa do urbano se a própria produção do espaço hoje possui o *gérmen* que reproduz o capital? Não esperamos fornecer uma resposta definitiva, tão somente problematizar. Vejamos.

Nos “Manuscritos...”, Marx aborda a essência contraditória da propriedade privada. Para ele, “o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada enquanto exclusão da propriedade, e o capital, o trabalho objetivo enquanto exclusão do trabalho, são a *propriedade privada* enquanto sua relação desenvolvida da contradição, e por isso uma relação enérgica que **tende** à solução” (2004: 103). Complementa mais adiante: “o *comunismo* é, finalmente, a expressão *positiva* da propriedade privada supra-sumida [superada]” (ibidem: 103). “A propriedade privada material, imediatamente sensível, é a expressão material-sensível da vida humana estranhada. [...] A supra-sunção [superação] positiva da propriedade privada, enquanto apropriação da vida humana é, por conseguinte, a supra-sunção positiva de todo estranhamento” (ibidem: 108).

Logo, pretendemos demonstrar nos extratos do parágrafo anterior passagens que revelassem a essência contraditória da propriedade, pela qual depreende-se ser ela forma e conteúdo (contém *em si* o Trabalho e o Capital em contradição formando sua essência). Assim, por exemplo, o Trabalho como essência subjetiva da propriedade privada (*trabalho* como riqueza equivalente à *propriedade* como riqueza) torna-se uma alienação do homem (abstrato). Com a industrialização, a propriedade privada incorpora-se ao homem: o homem possui, então, dentro de si o outro dele próprio, a propriedade. No limite, o próprio homem converte-se em propriedade! Neste sentido, para Marx, “na medida em que fazem da propriedade privada, em sua figura ativa, sujeito, acabam fazendo, ao mesmo tempo, do homem, essência, e simultaneamente do homem enquanto não-ser, ser, assim mesmo a contradição da efetividade corresponde plenamente à essência contraditória que eles reconheceram como princípio” (ibidem: 100).

Retornando à questão anteriormente esboçada: assim como a propriedade privada, no espaço reside o seu outro, ou seja, antiteticamente o espaço é e **não é** ao mesmo tempo condição para o urbano. Assim, o processo de produção do espaço contém o seu *outro* dentro de si, contém em si a própria essência contraditória da reprodução: carrega consigo as positivities (condição para a realização tendencial do urbano) e as negatividades (as condições para a reprodução contraditória do capital). Mas, como compreender tal não-ser que ao mesmo tempo é ou participa do ser? O *não-ser*, assim, aparece como antítese intrínseca ao próprio ser: ora o espaço aparece como condição, ora como obstáculo... ao capital e ao urbano. Daí que o urbano pode ou não se realizar, e o Estado tem muito a ver com isso.

Seguindo a trilha de Lefebvre, para entender o mundo moderno é preciso compreender os caminhos de superação das crises do capitalismo através da produção do espaço nos limites do processo de mundialização do mundo. Sendo assim, hoje, caberia investigar o papel do Estado como ente totalizador das relações sociais. O Estado apresentaria um “caráter regulador do espaço político”, produtor de uma racionalidade que “regula e reconduz as condições de dominação, subordinando a reprodução simples (da força de trabalho) à reprodução mais complexa das relações de produção e estas àquelas das relações de dominação, incorporadas no espaço” (LEFEBVRE, 2006, tradução livre de “A Respeito do Estado”: 19)²⁴. Responsável por reunir os fragmentos de um “espaço pulverizado” pela generalização da propriedade privada, negando a fragmentação, por um lado, e a diferenciação, por outro, o Estado oferece as condições para a reprodução em outro nível, corrigindo distorções, mantendo a hegemonia da propriedade, apropriando-se dos movimentos contestatórios em sua estrutura, reduzindo tensões e reproduzindo o espaço capitalista. Esse seria o

²³ A incerteza sobre os resultados do urbano pode ser expressa pelas seguintes passagens: “Fará o urbano reaparecer, no lugar da ‘cultura’ uma nova *civilização*, de modo que a transformação ou revolução cultural que se realiza na ‘cultura’ sem que muitos se dêem conta, restituiria em um nível mais elevado a *civilização* (isto é, a sociedade civil, a civilidade, a urbanidade, o civismo dos cidadãos)? [...] uma civilização urbana geriria, até anulá-la, a clivagem entre a elite e o povo, em outras palavras, a sociedade dual ou ‘triádica’. [...] O que resultaria de uma insurreição? De uma guerrilha urbana? Quem pode prever? Renovação ou catástrofe?” (LEFEBVRE, 1986: 166-167).

²⁴ LEFEBVRE, H. O Espaço e o Estado In: **A Respeito do Estado**. Tomo IV: As Contradições do Estado Moderno. Tradução Provisória do capítulo V (L’Espace et l’État) pp.259-324, por José Augusto Martins Pessoa.

sentido do planejamento urbano! Assim, “ganham espaço” movimentos que procuram “corrigir” distorções e recompor a sociedade por dentro do Estado, colocando em perspectiva uma “Gestão Democrática da Cidade” apoiada na “cidadania” e no “direito à cidade”, ambos ideologizados. Dessa forma, o **Estado** apareceria como o terceiro elemento de uma nova tríade introduzida a partir do movimento da contradição entre o capital e o trabalho: corolário da industrialização, a **produção do espaço** hoje afirmaria mesmo a tendência à constituição do **urbano**; contraditoriamente, a produção do espaço também se apresenta na outra ponta do processo como impedimento à formação do urbano²⁵!

Como nos diz LEFEBVRE (1986), o urbano nasce em um movimento que vem da industrialização: o deslocamento do capital conduz à urbanização do campo, à incorporação das periferias na urbanização recente e à desvalorização do espaço do Centro da metrópole, densamente ocupado. Neste contexto, o processo de implosão-explosão da cidade acima descrito e a generalização da urbanização geram contradições no movimento de sua reprodução, já que o “espaço da propriedade” (LEFEBVRE, 2006) aparece como obstáculo e condição à reprodução até mesmo devido à raridade do mesmo em algumas áreas estratégicas da cidade, como o Centro. No limite, tratamos aqui o Urbano como negação da propriedade (ou afirmação da não-propriedade) e a produção do espaço capitaneada pelo Estado como a negação da negação da propriedade (ou a negação da não-propriedade). Aqui entra o Estado como terceiro elemento, aquele que resolve a negação contra o movimento tendencial do urbano. Ao Estado cabe, então, eliminar a raridade através da produção de novos espaços, a fim de garantir a reprodução do capital e *impedir* a realização do urbano (a superação do capitalismo). Isso apenas confirma nosso raciocínio, pois as condições dadas à reprodução do capital continuam presentes diante da *tendência* ao urbano. O espaço apresenta-se, assim, como elemento que pode conduzir ao urbano, o espaço de realização da humanidade do homem (CARLOS, 2000), ou não, confirmando-se como o espaço da reprodução contraditória, produzido pelo Estado para resolver o problema da propriedade privada como obstáculo à realização do Valor. Esse movimento nos conduz a uma conclusão não tão evidente: apenas a superação do Estado garantiria a realização do urbano (e esta é uma tarefa prática)²⁶. Contudo, como o movimento tendencial do urbano (ainda) coexiste com o Estado, essa passagem não será feita sem luta²⁷. O urbano é um movimento real que tende a superar o estado de coisas atual, sendo que suas condições dependem de pressupostos atualmente dados. A superação das contradições tem a ver com a superação da divisão do trabalho que, por sua vez, tem a ver com a superação da sociedade de classes²⁸. Tudo isso obviamente encontra-se mistificado pelas ideologias. No movimento de superação positiva da contradição Capital-Trabalho e da confirmação do urbano, a alienação só pode ser superada sob dois pressupostos práticos:

“Para que ela se torne um poder ‘insuportável’, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente ‘destituída de propriedade’; e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato – coisas que pressupõem, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a *carência*, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida” (MARX e ENGELS, 1984: 50).

²⁵ Esta tríade (urbano-espaço-Estado), definida e condicionada pela anterior (Capital-Trabalho-produção do espaço) aqui exposta, encontra-se desenhada no capítulo V (“O Espaço e o Estado”) do Tomo IV (“As Contradições do Estado Moderno”) da obra “A Respeito do Estado”.

²⁶ Para outras derivações “marxistas”, caberia “tomar o poder político”, controlar o Estado e “conduzir” a sociedade ao limite do capital.

²⁷ Lefebvre sentencia: “a sociedade mundial será urbana ou não existirá!” (1986: 167). Derivando a partir dessa colocação, acreditamos que a superação do capital estará em perspectiva neste século fomentada pela “questão ambiental” e o debate da sustentabilidade da vida no/do planeta. Neste caso, aponta-se a diminuição brutal da produção no mundo; do contrário, haverá redução em massa da população mundial. Contudo, não seria essa (também) uma saída paliativa para o “problema”?

²⁸ Fundamentalmente, é a contradição da luta de classes que se constitui, em Marx, como pressuposto histórico impulsionador de todas as contradições.

Assim, se as forças sociais não entram em ação, o Estado forma um bloco aparentemente monolítico, intransponível. Conseqüentemente, as estruturas do Estado, além de conformarem seu aparato interno, passam a estruturar “as forças sociais e a vida econômica, a vida prática, a sociedade inteira. (...) as possibilidades que se oferecem dependem estritamente do movimento das massas, sem o qual o edifício do Estado seguiria sendo um bloco” (LEFEBVRE, 1972: 77-78)²⁹. Encontrando terreno fértil, o político domina o social, a fim de garantir a reprodução ampliada do econômico através da *produção do espaço* e do *cotidiano*.

Reprodução, Estado e Contradição Deterioração-Revitalização

O processo de reprodução do espaço produz a segregação socioespacial a partir da diferenciação no acesso à propriedade privada. A materialização das transformações produz novas formas espaciais e altera e/ou acrescenta conteúdos à cidade, modificando a prática socioespacial. Dessa forma, a racionalidade do capital possui como finalidade sua própria reprodução através da produção do espaço para a realização econômica e se autonomiza no contexto da reprodução, elevando a mercadoria à posição de relevância incontestável, restringindo os momentos da realização da vida do homem. Esse movimento reproduz as condições materiais e ideológicas para a reprodução do capital. Por isso, a análise da metrópole hoje exige a articulação entre o econômico, o político e o social, a fim de compreender as mediações que atravessam as relações voltadas à realização da vida humana, revelando um movimento essencialmente contraditório que aparece travestido como “natural”, posto que possui uma racionalidade específica.

A teoria da produção do espaço enunciada por Lefebvre compreende uma condição *sine qua non* para a reflexão sobre a cidade e o urbano. Ademais, um elemento crucial para a compreensão da reprodução do capitalismo refere-se ao papel das estratégias do Estado via produção/controlado do espaço. O Estado, como fragmento da sociedade, reproduz a si mesmo enquanto poder político (gestão) e garante a reprodução do capital, servindo às classes dominantes. O poder político totalizador do Estado alcança os mínimos interstícios da vida cotidiana produzindo uma programação da vida, garantindo a reprodução social e a acumulação ampliada de capital. Capitalistas e Estado “organizam” o espaço a fim de controlar a reprodução das relações de produção, reunindo os fragmentos do espaço, homogeneizando e hierarquizando as parcelas, vendidas de acordo com a possibilidade de extração de lucros, aprofundando a segregação socioespacial. De modo não tão evidente, a essa lógica contrapõe-se o uso, instalando-se um conflito entre valor e valor de uso. O desvendamento das contradições sociais, assim, tem como primeiro momento da análise o desvendamento das estratégias apoiadas pelo Estado para se realizar (DAMIANI, 1999)³⁰ ou, em outras palavras, descortinar a exigência da mediação do político para a manutenção da autonomia do econômico.

Neste sentido, o Estado possui função basilar no movimento de superação das contradições internas do processo de reprodução do capitalismo. Para isso, o capital produz espaços reproduzindo sua racionalidade hegemônica a fim de resolver as sucessivas crises de acumulação através da circulação do capital. Assim, como nos ensina Lefebvre, o capitalismo subsiste através do espaço e das relações sociais de produção.

Para realizar-se como o elemento que resolveria a contradição entre o urbano (como tendência) e o espaço (que condiciona e obstaculiza o urbano), o Estado produz estratégias, gerando outra contradição dentro da reprodução: a deterioração-revitalização. Segundo SMITH (2007)³¹, a desvalorização do capital e a constituição do diferencial de renda (*rent gap*) explicariam parcialmente a possibilidade de reinvestimento no Centro, através da gentrificação e do redesenvolvimento (estratégias urbanas). A necessária circulação do capital e das mercadorias a fim de realizar o Valor nos coloca a necessidade de introduzir analiticamente o processo da valorização

²⁹ LEFEBVRE, H. **Los Marxistas y la Noción de Estado**. Buenos Aires: Ediciones CEPE, 1972.

³⁰ DAMIANI, A. L. As Contradições do Espaço: Da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (orgs.) **O Espaço no Fim de Século**: A Nova Raridade. São Paulo: Contexto, 1999, pp.48-61.

³¹ SMITH, N. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. In: **GEOUSP**, nº 21. São Paulo: USP/FFLCH, pp.15-31, 2007.

do espaço, o que remonta ao início de nosso raciocínio, logo, ao fundamento. Nesta investigação, o debate sobre os fundamentos materiais e subjetivos para a definição do valor do solo urbano compõe um momento importante de modo a tentar continuar o esforço analítico de SMITH e ir além.

A lógica da deterioração-revitalização urbana exclui para depois incluir: inclui como seu excluído. Entretanto, quando essa lógica do capital exclui a outra parte, ela exclui o próprio capital, negando-se. Por isso, afirma-se uma dialética entre centro (centralidade) e periferia (periférico). Comumente em alguns estudos, a autonomização de espaços da metrópole implodiria a dialética. Quanto mais o capital nega sua produção anterior, ou seja, ele próprio, mais ele se torna colonizado pela lógica e, ao mesmo tempo, gestor do processo.

Durante o desenvolvimento da industrialização, o Centro cresce e se densifica a partir da circulação de pessoas e capitais, bem como à concentração de infra-estrutura e atividades de gestão econômica e política. Hoje, limitado pela raridade do espaço, o capital implodiu o Centro, gerando novas centralidades³² pela cidade e dispersando as indústrias pela periferia metropolitana. Na opinião de ALVES (2005: 139)³³, “a crise da centralidade única [...] faz parte do próprio processo de reprodução espacial da sociedade capitalista”.

A metropolização gerou uma profunda transformação na estrutura interna das cidades que a experimentaram, aí incluídos tanto a “implosão” do Centro quanto o esgarçamento da periferia provocado pela “explosão” da cidade (LEFEBVRE, 1999)³⁴. Boa parte das mudanças decorreu da expansão horizontal da mancha urbana e dos correspondentes processos de descentralização das atividades urbanas a partir da formação de novas centralidades pelo capital, no cerne do processo de (re)produção do espaço.

No bojo do processo de descentralização, os impactos sobre a antiga Área Central são bastante conhecidos, afetada pela mudança de uma estrutura intra-urbana calcada em um unicentrismo para um policentrismo (no caso do Rio de Janeiro)³⁵ ou no desdobramento da centralidade original (no caso de São Paulo)³⁶. O processo de deterioração urbana delimitado ao espaço das Áreas Centrais surgiu e ainda se alimenta do deslocamento relativo de funções centrais da cidade e da conformação de novas centralidades. Dessa forma, o “esvaziamento” econômico produzido pela transferência de atividades tem como consequência a permanência das formas conduzindo à deterioração urbana e ao afastamento dos consumidores e dos moradores. Implodida pela industrialização, a Área Central gerou novas centralidades, novos núcleos. Com a dispersão dos capitais por essas novas centralidades, registram-se a celeridade dos fluxos e a agilidade da economia com a especialização do espaço e a distribuição de funções específicas.

Com a participação cada vez mais importante do setor imobiliário no processo geral de reprodução do capital e a crescente competição por atração de investimentos, de consumidores (usuários do espaço) e de moradia da população de alto nível de renda, apresenta-se o processo de gentrificação (*gentrification*) no contexto da realização da segregação socioespacial. É esse fenômeno que estaria ligado a muitos casos de revitalização urbana de Áreas Centrais metropolitanas. Em termos práticos, a segregação socioespacial constitui-se pelo acesso desigual da sociedade à habitação e à apropriação do espaço urbano de forma diferenciada, uma abordagem no plano do uso. Assim, valor de uso e valor reafirmam-se como conceitos para discutir a segregação através da mediação da mercadoria.

Em todos esses processos, alguns elementos comuns podem ser identificados. Um dos mais relevantes refere-se à atuação do Estado. Seja através de intervenções urbanas nas Áreas Centrais deterioradas das grandes metrópoles, seja estabelecendo a legislação incentivadora da reocupação desses lugares pela população de alta renda, ou ainda, garantindo a segurança e promovendo o

³² Cf. ALVES, G. A. **O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua Possibilidade de Apropriação**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1999 e FRUGOLI JR., H. **O Centro, a Avenida Paulista e a Avenida Luiz Carlos Berrini na Perspectiva de suas Associações: Centralidade Urbana e Exclusão Social**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1998, dentre outros.

³³ ALVES, G. A. São Paulo: Uma Cidade Global. In: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. (orgs.). **Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. pp.137-149.

³⁴ LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

³⁵ Cf. ABREU, M. A. **A Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

³⁶ Cf. ALVES (2005).

afastamento da população indesejável das ruas, o Estado vem atuando como elemento indutor da revitalização urbana em questão. O segundo elemento fundamental em comum entre os vários processos de revitalização está na participação do setor imobiliário.

Em se tratando de gentrificação, nossa maior referência é Neil SMITH, que empreendeu esforço a fim de elaborar uma fundamentação teórica (1988, 1996, 2007), centrando sua análise na produção do espaço urbano, com especial atenção para sujeitos fundamentais como o Estado e os agentes imobiliários e para a importância da relação investimento/desinvestimento como indutor de oportunidades para a realização da gentrificação. Para este autor, a gentrificação pode ser compreendida a partir de duas escalas de análise que se articulam, a global e a local, tendo a metrópole como mediação.

Para o autor, as explicações globais da gentrificação incluem-se na tendência de produção de um desenvolvimento desigual (SMITH, 1988). A idéia de que se trata de um desenvolvimento geográfico desigual é pouco desenvolvida no Brasil e acreditamos que Smith traga elementos importantes para destrinchar a revitalização urbana.

A dimensão mais ampla do processo de gentrificação estaria ligada aos grandes movimentos de capital, em particular àqueles ocorridos nos períodos de crise na economia mundial quando as taxas de lucro dos setores do grande capital industrial começam a cair. Nessas condições, o setor financeiro torna-se altamente atraente, em função de sua lucratividade permanecer comparativamente alta. Ocorre, assim, a tendência de elevação dos fluxos de capital para o setor imobiliário, viabilizando a gentrificação.

Dessa forma, percebe-se uma articulação entre o capital investido no setor imobiliário (em particular nas grandes cidades) e as flutuações e crises registradas na economia global. A gentrificação e o redesenvolvimento³⁷ vinculam-se ao ciclo de reprodução do capital em escala mundial como parte do processo de reestruturação mais ampla da economia capitalista após a década de 1960. SMITH (1996)³⁸ pondera acerca da inserção da gentrificação em um movimento mais amplo de reestruturação da economia espacial urbana, produzida pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, resultado do desenvolvimento de uma economia terciária, além da desvalorização do capital imobilizado no espaço densamente ocupado. Essas mudanças foram acompanhadas de mudanças quanto à ação do Estado (privatizações dos serviços públicos, desregulamentações), tudo isso em um quadro de crescente competição. Não é por acaso que Smith afirma que, nesse contexto, a gentrificação passou a ser associada à “cidade mundial”.

Na escala local, a premissa de análise do fenômeno na perspectiva aqui proposta é a de que o setor imobiliário possui um longo período de maturação. Em outras palavras, o capital imobilizado sob a forma de imóveis urbanos devolve lenta e gradualmente ao seu proprietário o capital que nele foi investido (obviamente a velocidade em que isso ocorre varia dependendo da natureza do empreendimento e da dinâmica da economia local). Ele não pode ser demolido, pelo menos enquanto o capital investido não tiver sido recuperado, sob pena de resultar em prejuízo para o investidor. A deterioração física dos imóveis nas Áreas Centrais pode ser explicada pelo fato de que o preço do terreno é maior que o preço do imóvel. Conseqüentemente, aquele valor aumenta por causa da escassez crescente de espaços no Centro. Logo, para o capitalista não importa a condição do imóvel, mas a propriedade do terreno. Assim sendo, o processo que precede a gentrificação e o redesenvolvimento é a necessária desvalorização do capital investido na Área Central da cidade.

A depreciação produz as condições econômicas objetivas que tornam a revalorização do capital uma resposta racional do mercado. É nesse ponto que deve ser considerado o *rent gap*, ou seja, a diferença entre o nível potencial de renda do solo de um local e a renda do solo atualmente obtida, capitalizada através do uso da terra naquele momento. Sem o *rent gap* não há margem para o reinvestimento e, conseqüentemente, não há gentrificação nem redesenvolvimento, pois a diferença entre os dois níveis de renda anteriormente referidos deve ser grande o bastante para que os empresários possam comprar a baixo custo os imóveis decadentes, reformá-los (ou demoli-los, no caso do redesenvolvimento) e lucrar com a reabilitação da área. Assim, de acordo com a teoria do *rent gap*, a gentrificação e o redesenvolvimento não são processos “naturais”, mas, ao contrário,

³⁷ Neil Smith distingue os dois processos entendendo que a gentrificação envolve a reabilitação de imóveis já existentes e o redesenvolvimento refere-se a construções totalmente novas em Áreas Centrais deterioradas.

³⁸ SMITH, N. *The New Urban Frontier – Gentrification and the Revanchist City*. New York: Routledge, 1996.

eles são um resultado esperado do processo de acumulação de capital e da reprodução do espaço nas grandes metrópoles. A desvalorização do capital nas vizinhanças da Área Central, combinada ao contínuo crescimento da urbanização em direção à periferia, teria produzido as condições para que o reinvestimento lucrativo se realizasse.

Assim, Smith atesta que a gentrificação é “mais um retorno do capital do que das pessoas ao centro da cidade” (1996: 70), uma “revitalização da taxa de lucro ao invés de uma revitalização do Centro da cidade” (idem: 88). Contudo, normalmente, o processo não é fruto da ação isolada e espontânea dos agentes privados atuantes no mercado urbano de terras. O papel do Estado como indutor é extremamente relevante. São diversos os exemplos de processos de gentrificação derivados de programas governamentais de revitalização urbana. Essas ações permitiram que, em um momento seguinte, as instituições financeiras e os agentes imobiliários estivessem qualificados para deflagrar o processo sem a mediação direta do Estado, no que ficou conhecido como gentrificação de mercado...

A Área Central, assim, apresenta-se como uma das centralidades responsáveis pela inserção da metrópole no rol das chamadas “cidades mundiais”. Justamente a cidade mundial caracteriza-se pela perda da função de principal pólo industrial na hierarquia urbana, substituída pela capacidade gerencial e informacional, centro eminentemente financeiro, de consumo e de entretenimento. Com a evolução da técnica no contexto da globalização, a produção e o consumo são tornados globais influenciando a reorganização das funções urbanas e a competição pela atração de capital. SÁNCHEZ (2003a: 550) aponta a “existência de uma rede global na qual operam fluxos informacionais associados à cidade, imbricados nos processos constituintes de um mercado global de cidades”. E completa adiante: “o capitalismo (...) reorganiza a produção subordinada às cidades e aos centros de decisão, implica a compra e venda do espaço na escala mundial” (ibidem: 552).

Hoje, o Centro da metrópole encontra-se em um ponto crítico. Seu princípio ordenador está em contradição com a prática socioespacial, a qual exige uma reelaboração em novos termos. SÁNCHEZ escreve que “a contradição entre as formas sociais urbanas herdadas e as exigências sociais de um novo urbano passa pelo estabelecimento da norma: as instituições públicas impõem um conjunto de normas para a produção de um novo espaço, vinculado à constituição da sociedade a partir de relações modernas normatizadas pelo Estado” (2003b: 411)³⁹.

Em tese, enquanto as atividades financeiras concentram-se em novos espaços, produzindo a cidade enquanto negócio (CARLOS, 2005)⁴⁰, a produção dos espaços de lazer e para o turismo vende particularidades do espaço, mercantilizando os lugares, valendo-se de estratégias oficializadas pelo poder de gestão política do Estado. Tais espaços hegemônicos apresentam-se como pretensas sínteses da cidade, sustentados por um marketing de cidade (construído pelo urbanismo) que mantém discursos e imagens interiorizadas no imaginário coletivo. A fórmula dessa nova estratégia urbanística vale-se do marketing de cidades, da exploração dos bens culturais, da potencialização dos indicadores de qualidade de vida, das intervenções urbanas pontuais e espetacularizadas, construindo uma construção imagética carregada de positividade. Estilhaçada, apropriada como um fragmento, a cultura é retirada do movimento da totalidade.

Assim, as estratégias em voga apontam para a recuperação de áreas urbanas degradadas ou abandonadas pela indústria, de modo a trazer de volta aos centros ou outras áreas em vias de revitalização as classes sociais com maior poder aquisitivo. Em nossa análise, consideramos essas iniciativas como estratégias que visam a eliminar a periferia (como lugar da cidade, mas também condição social) que se reproduz no Centro. Por isso, neste momento, a cultura é apropriada como produto e lógica potencializada por uma ideologia desenvolvimentista, reflexão que vai ao encontro de ARANTES (2002: 31)⁴¹, quando afirma que a

“rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de ‘revalorização urbana’ – sempre, evidentemente, em nome de um alegado

³⁹ SÁNCHEZ, F. O Urbano no Mundo da Mercadoria. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. G. **Dilemas Urbanos: novas Abordagens sobre a Cidade**. São Paulo: Contexto, 2003b.

⁴⁰ CARLOS, A. F.A. O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia. **Cidades**, vol 2, n. 4. Presidente Prudente: GEU, 2005, pp.221-247.

⁴¹ ARANTES, O. Uma Estratégia Fatal: A Cultura nas Novas Gestões Urbanas. In: ARANTES, O, VAINER, C. e MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2002, pp.11-74.

civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a Cultura. Essa é a nova grife do mundo ‘fashion’, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram”.

Consideramos as ideologias não como discursos autônomos, separados da realidade econômica, mas como uma práxis discursiva colada ao espaço-mercadoria (uma forma mundializada e mundializante)⁴². Daí que, a ideologia acaba não aparecendo como ideologia, pois a “racionalidade” do mundo da apropriação privada torna-se “natural”. Ideologia, então, não seria apenas discurso, mas uma vida cotidiana regulada, cujos significados são apresentados de modo “invertido”. Instala-se, nos dias de hoje, uma “nova” ideologia, que proclama que todo consenso é bom e que todo o conflito é danoso e, então, deve-se negá-lo, evitá-lo ou superá-lo de qualquer maneira.

A possibilidade de conflitos é vista como uma ameaça à sobrevivência da sociedade e, assim, o consenso a todo preço será usado como pretexto para isolar o “conflituoso” ou obrigá-lo a negociar e aceitar a solução que se impõe quando contraria interesses.

Sob a globalização, a “cultura”, assim, apareceria como um aspecto presente em todos os âmbitos da vida. Frente à cotidianidade produzida, observamos que diferentes sujeitos se valem de práticas materiais e simbólicas para afirmar-se e reivindicar um “lugar no mundo”. Neste contexto, as abordagens que analisam a “cultura” como um nível autônomo mostram-se muito limitadas para entender de que forma a cultura entraria no movimento da realidade. Assim, o “*cultural turn*”⁴³ da Geografia deverá ser analisado como um momento pleno de possibilidades, permitindo ora o avanço, ora o retrocesso ao resgatar como o “novo” alguns pontos de vista já superados. Analisar o espaço *como* “representação cultural”, por exemplo, como querem alguns, confunde espaço com cultura e desencadeia um movimento analítico eivado de ideologia, posto que a tal “representação cultural” seria apontada como uma pretensa “síntese” das relações sociais, flertando abertamente com as perspectivas clássicas da Geografia (La Blache, Sauer...). Por outro lado, o debate sobre as “identidades” e as representações da realidade é bem vindo, donde podemos escapar ao “culturalismo” e apontar para uma análise voltada à realidade como um simulacro (cf. BAUDRILLARD, 1991), coadunando-se com a perspectiva materialista dialética que anuncia as alienações sobre os homens.

Hoje, em uma época em que tudo se autonomiza, o capital autonomiza a Cultura e a utiliza como “álibi” para sua reprodução. O econômico dissolve-se no cultural – e o cultural no econômico – através da mediação do político para a reprodução do capital. Para JAMESON (2002: 22)⁴⁴, “a produção das mercadorias é agora um fenômeno cultural, no qual se compram os produtos tanto por sua imagem quanto por seu uso imediato”, orientada por um consumo estético.

As crises engendram seus próprios fetiches, suas formas de mistificação. De modo a reproduzir a metrópole e a valorizar o espaço, a cultura é fetichizada no âmbito da crise. Sendo o espaço produzido como mercadoria (um produto, negócio no mercado) e como força produtiva (considerada como força produtiva social pelo Estado) pelo processo de reprodução, investigamos de que forma essa “abordagem” pelo cultural se realiza, vista pelo prisma da espacialidade. Isto posto, investigamos, ainda, um movimento que aponta uma **desterritorialização da identidade e da cultura**, produzidas abstratamente, ao mesmo tempo em que ocorre uma **territorialização da mercadoria** (uma mercadoria específica). Essa passagem não é feita sem lutas, sem conflitos, ou seja, não se dá por antinomia. Com efeito, o movimento que transforma a cultura em mercadoria no bojo do processo de produção do espaço aponta para uma cultura autonomizada acima da sociedade, uma **cultura-mercadoria**, baseada em identidades forjadas pelo mercado (os desejos aparecendo como necessidades sociais), territorializada no Centro da Metrópole.

⁴² “A ideologia é parte da cultura: é um estado, uma condição da cultura. É um conteúdo negativo que afeta as possibilidades de conhecer e opaca a compreensão do social. Há graus (maior ou menor) de ideologização dos discursos. Não é uma classe de discurso, mas um nível de significação dos discursos” (MARGULIS, 2006).

⁴³ A respeito do “cultural turn”, Fredric Jameson identifica na utilização da categoria de totalidade, tal como esta foi entendida por Adorno, a possibilidade de interpretar a sociedade como subsumida no modo de produção. Investigaremos este caminho como uma possibilidade de entendimento de alguns debates da crítica da cultura.

⁴⁴ JAMESON, F. **A Cultura do Dinheiro: Ensaios sobre a Globalização**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Considerações Finais

Neste trabalho, consideramos as Áreas Centrais das duas metrópoles como lugares em que há um pensamento abstrato sobre a cidade (realizado como ideologia) e como prática (através da estratégia em movimento). Essa reflexão reuniria teoria e prática no estudo dos projetos de revitalização urbana que possuem a cultura como “álibi” para sua execução.

As abordagens correntes que analisam o movimento deterioração-revitalização partem de “uma espécie de reviravolta desconcertante, a rigor, sem mediações e sem maiores considerandos” (ARANTES, 2002: 20). O Planejamento analisaria a revitalização tão somente como um reflexo da ação de processos “nascidos” no bojo da crise do keynesianismo. A “crise” do paradigma fordista redefiniria os conteúdos espaciais de modo a expandir as potencialidades de extração de lucros e de maior produtividade do sistema, proporcionando um “reajuste”, preferencialmente, sem a mediação do Estado. O declínio das políticas econômicas inspiradas no keynesianismo colaborou para que se questionasse no nível local a legitimidade do Estado como regulador do uso do solo urbano. Esse ataque à atuação do Estado compunha uma estratégia visando ao abandono do planejamento estatal. Apesar disso, os urbanistas permaneceram ligados à perspectiva do Estado (com maior ou menor aderência), afirmando-o como a instância de decisões sobre os destinos da cidade. Neste sentido, todo o discurso do urbanismo é pautado pela apologia do Estado, capaz de equalizar os desequilíbrios e promover o desenvolvimento. A “crise da metrópole” derivaria, então, da falta de planejamento urbano/estatal. A partir da formulação de um discurso de crise, justifica-se a necessidade de intervenções pelo *planejamento*.

Em nossa análise, como momento de reflexão, nos detivemos sobre um problema: a ideologia “culturalista” produz uma cisão no âmbito da cidade, posto que se aproprie da “Cultura” como um fragmento autonomizado no âmbito das relações sociais, implicando em um produto. Essa concepção a-histórica de cultura não obedece ao entendimento original, qual seja: tudo o que determinada sociedade produz, passado de geração em geração. Basicamente, a sociedade produz “coisas”, valores, hábitos, relações, etc, com a finalidade da *perenidade*, da longa duração. Sendo a cultura aquilo que é herdado no âmbito de uma totalidade, como seria possível estabelecer lugares culturais e, por antinomia, lugares não-culturais (ou incultos)? Essa distinção somente se verifica a partir do momento em que, no plano do pensamento, realiza-se a passagem da autonomização da “cultura” para a autonomização de áreas específicas da cidade.

Assim, no Centro da cidade, os espaços valorizados ou em vias de valorização seriam os “lugares culturais”, recebendo atenção e investimentos prioritários porque serviriam a um propósito maior: autonomizados em relação ao contexto em que estão inseridos (a metrópole) são elevados a uma posição “superior”, postos como “síntese” da cidade. Essa é a cidade-espetáculo. Essa é a cidade-mercadoria. Essa é a cultura-mercadoria. Tudo tornado mercadoria. Assim, através dos lugares culturais (que, por extensão, são logo alçados a lugares globais), o Estado e o capital alcançariam para São Paulo e para o Rio de Janeiro o “estatuto” de *idades globais*. Autonomizando lugares da cidade, no limite, autonomiza-se a própria cidade, considerada no movimento global-local como um sujeito (que negocia, que disputa, que faz guerra) e como objeto (que é vendido, que é comprado, que é trocado).

“*Profundamente*” ideologizados, os lugares culturais escamoteiam a intenção mercadológica de venda da cidade através de uma mística: o *encantamento* da “cultura” (incluindo a “Arte”) como a improdutividade. Dotada de um *histrionismo* fundado no city marketing, a cultura-mercadoria não é vista como tal, é tomada como “espontânea”, quase “natural”. A economia se realizaria em espaços específicos, nos outros espaços que não sejam os “lugares culturais”. Espaços produtivos não se coadunam com a idéia do lúdico por trás da cultura/arte, o improdutivo por excelência. A “inocência” que sustenta a idéia da cultura/arte se perderia caso o pecado original da acumulação fosse revelado.